

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas  
com a agricultura**

**Período de Análise: 01 a 30 de Setembro de 2008**

**Área Temática: Relações Internacionais**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal Folha de São Paulo  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da Abag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT  
Revista Globo Rural  
Revista Isto é Dinheiro

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

## Índice

<b>Ideologias à parte</b> – Mauricio Rands – O Globo – Opinião – 01/09/2008 .....	3
<b>A relação com os EUA pós-Doha</b> - Henrique Rzezinski – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 02/09/2008.....	3
<b>SOLUÇÃO PARA DOHA PODE SAIR NESTE MÊS, DIZ AMORIM</b> – Folha de São Paulo – Dinheiro – 03/09/2008.....	5
<b>Amorim defende acordo multilateral</b> - Bruno Villas Bôas e Liana Melo – O Globo – Economia – 04/09/2008.....	5
<b>"Doha não acabou", diz Celso Amorim</b> – Folha de São Paulo – Dinheiro – 04/09/2008..	7
<b>Lamy anuncia retomada das negociações da Rodada Doha</b> – Folha de São Paulo – dinheiro – 05/09/2008.....	7
<b>Serra critica o Mercosul</b> – Folha de São Paulo – Notas e Informações – 06/09/2008 .....	8
<b>Antes tarde do que nunca</b> – Pedro de Camargo Neto – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 10/09/2008.....	9
<b>Mercosul e sonhos de poder</b> – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 10/09/2008 .....	11
<b>EUA prometem novidades para resgatar Doha</b> – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 10/09/2008.....	12
<b>OMC retoma negociações da Rodada Doha</b> – Folha de São Paulo – Dinheiro – 10/09/2008.....	13
<b>A moeda, o crédito e o capital financeiro</b> - José Luís Fiori – Carta Maior – 14/09/2008.	13
<b>Crise boliviana é primeiro grande teste da Unasul</b> – Janaína Figueiredo – O Globo – O Mundo – 15/09/2008 .....	15

## Segunda Quinzena

<b>Morales aceita que Unasul seja mediadora na Bolívia</b> – Clóvis Rossi – Folha de São Paulo – Mundo – 16/11/2008 .....	16
<b>Papel do Brasil deve ser evitar intervenções</b> – Marcelo Ninio – Folha de São Paulo – Mundo – 16/09/2008 .....	17
<b>A parcialidade da Unasul</b> – Estado de São Paulo – Notas de Informações – 17/09/2008.	19
<b>Reunião da Unasul afastou OEA da crise</b> - Eliane Oliveira e Gerson Camarotti – O GLObo – O Mundo – 17/09/2008 .....	20
<b>Índia leva a novo fracasso de Doha</b> – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 21/09/2008 .....	22
<b>Um novo Bretton Woods</b> – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 24/09/2008....	22
<b>Lula na ONU</b> – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial – 24/09/2008.....	24
<b>Índia acusa o Brasil de 'vender posição' em Doha</b> - Jamil Chade – Estado de São Paulo- Economia e Negócios – 26/09/2008.....	25
<b>Amorim diz que governo não tem nada a flexibilizar</b> - Tânia Monteiro e Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 26/09/2008 .....	26
<b>Decifrar</b> – Nelsom Brasil de Oliveira – O Globo – Opinião – 29/09/2008.....	27

## **Ideologias à parte – Mauricio Rands – O Globo – Opinião – 01/09/2008**

São preconceituosas as críticas à cooperação Sul-Sul, tradicional em nossa política externa e aprofundada no governo Lula, que a transformou em mola central de sua atuação internacional. A ação deve ser expandida, sem prejuízo de se adotarem modalidades inovadoras de ação com países desenvolvidos.

Não há nada de ideológico na aproximação com países em desenvolvimento, cujas potencialidades têm atraído as nações desenvolvidas.

Portanto, o Brasil acerta ao aprofundar os vínculos com o Terceiro Mundo, em busca de novos mercados, mantendo ao mesmo tempo boas relações com parceiros tradicionais.

Em termos práticos, consolidar o Mercosul, integrar os países sulamericanos, aprofundar os laços com outros países considerados periféricos não contradiz o relacionamento com União Européia e EUA. Com estes, o relacionamento é fluido e se reflete em acordos de cooperação e no aumento da corrente comercial. No governo Lula, o relacionamento com os EUA, por exemplo, deu-se praticamente sem arestas, apesar de divergências profundas sobre temas globais.

É importante frisar o êxito da aproximação comercial com os países em desenvolvimento. No primeiro mandato de Lula (2003/06), as exportações do país cresceram 128%, ante crescimento das exportações mundiais de 86%.

Mas, para os países em desenvolvimento, nossas exportações cresceram extraordinários 210%, contra 79% para os países desenvolvidos.

Foi uma decisão sábia ampliar o leque de parceiros e prospectar mercados antes relegados a segundo plano. O resultado não é “ideológico”, mas concreto.

A cooperação abrange outros campos e garante ao Brasil presença positiva e crescente em países e regiões de interesse primordial. Há também foros de diálogo, como o G-20 e o Ibas (Índia, Brasil e África do Sul), que aumentam o protagonismo externo do país. Esses foros propiciam maior articulação entre as economias em desenvolvimento, impulsionando a defesa conjunta de seus interesses. Com realismo, os países do Sul têm condições de participar mais ativamente e de mudar o jogo internacional.

## **A relação com os EUA pós-Doha - Henrique Rzezinski – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 02/09/2008**

A aproximação das posições do Brasil com as dos Estados Unidos e da União Européia antes do impasse que paralisou novamente as negociações da Rodada Doha da Organização Mundial de Comércio nos convida a uma reflexão sobre a nossa relação com os EUA. A hipótese de uma parceria estratégica pareceu sempre irrealista, ante um sério obstáculo. A assimetria entre os dois países desestimulava, de um lado, um investimento maior dos EUA na relação bilateral. De outro, essa mesma assimetria, amplificada por décadas de antagonismos ideológicos, legitimava, no Brasil, estratégias de busca de contrapesos (fora e dentro da região) à influência norte-americana. Em conseqüência, a proposta de relação estratégica com os EUA sempre encontrou expressiva resistência em diversos segmentos formadores de opinião no Brasil. Esse quadro vem mudando, em função de evoluções ocorridas nos dois países e na cena internacional.

Entre estas, destaca-se a maior relevância internacional do Brasil. A agenda internacional moveu-se para áreas em que a importância do País é maior e Brasília vem demonstrando que percebeu tal fato e age como um player. Isso, obviamente, afeta o interesse dos EUA em temas da agenda internacional sobre os quais Washington reconhece que o Brasil passou a ter maior peso. Comércio e energia, na área econômica, e a política ambiental global colocaram o País “no radar” norte-americano.

Paralelamente, evoluímos em direção a um mundo multipolar, no qual o multilateralismo se encontra em crise e os EUA estão perdendo poder relativo. Há hoje em Washington diversas propostas sobre como lidar com a nova situação, todas elas convergindo para uma redefinição das alianças e relações estratégicas, em especial com os BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China), e uma revalorização de relações (bilaterais ou plurilaterais) até então pouco priorizadas. A consolidação de uma nascente multipolaridade de fato num quadro de crise do multilateralismo - sublinhada pelo fracasso das negociações de Doha - reforça a importância das relações entre os principais players na economia e na política mundiais.

Nesse quadro, a União Européia estabeleceu parcerias estratégicas com todos os BRICs. Há dois anos os EUA e a Índia estabeleceram formalmente uma parceria estratégica, com componentes econômicos, tecnológicos e políticos. Ambos os países deixaram de lado velhos tabus de suas políticas externas e, sem abrir mão de seus objetivos nacionais, optaram por uma relação baseada em cooperação e em negociação em temas que historicamente os distanciavam, como energia nuclear e comércio.

O Brasil e os EUA já mostram sinais de uma silenciosa aproximação. Um exemplo é a criação de mecanismos de consultas e de trabalhos na agenda política e comercial, a despeito das enormes diferenças de visão de política internacional de seus governos. Contribuiu para isso a empatia pessoal entre os presidentes Bush e Lula, aliada à pragmática visão do chanceler Celso Amorim sobre a necessidade de fortalecer essa relação.

Parcerias estratégicas entre players importantes no cenário internacional adquirem mais sentido quando se considera o futuro não apenas das relações de cada um dos países com o mundo, mas também o futuro do sistema internacional, em nível regional e/ou global.

Neste cenário, o Brasil tornou-se mais importante para os interesses dos EUA no mundo (e na região). Entre os BRICs, o Brasil é percebido como o mais próximo dos EUA, em termos de valores da democracia e da economia de mercado.

A assimetria que justificava o desinteresse dos EUA em “focar” a relação com o Brasil sob uma ótica estratégica certamente não desaparece totalmente. No entanto, abre-se espaço, nos EUA, para uma reavaliação do relacionamento com o Brasil, já que uma relação bilateral mais profunda pode ser funcional para certos objetivos hoje prioritários da política internacional norte-americana, em especial na área de segurança energética.

No Brasil, essas mesmas evoluções tendem a reduzir preocupações com os “riscos” de uma associação assimétrica entre os dois países e atenuam a percepção de antagonismo entre a opção por uma relação estratégica com Washington e uma política externa multipolar - historicamente privilegiada por nosso país. A grande complementaridade econômica e a possibilidade de administração dos conflitos comerciais colocam os EUA numa posição singular na geopolítica que se desenha no pós-Doha. Biodiversidade, segurança energética e segurança alimentar ganham força como questões que empurram as duas nações a uma aproximação que pode ganhar impulso se ambos os países se empenharem para elevar a agenda bilateral a um nível estratégico. Até mesmo questões delicadas como defesa hemisférica começam a ganhar contornos novos, que permitem visualizar uma convergência de interesses.

A evolução estrutural da economia brasileira em direção a uma maior integração ao mundo, por meio do comércio e dos fluxos de investimentos, requer o uso de instrumentos diversificados de relacionamento. Nossa prioridade é o fortalecimento do sistema multilateral, mas relações bilaterais especiais com outros grandes players da economia e da política mundial serão necessárias se o Brasil quiser efetivamente pesar nas decisões que o afetarão.

Este período pós-Doha é momento para refletir, com visão estratégica, sobre nossas relações com a maior potência econômica e política mundial. Seu aprofundamento e sua intensificação abririam ampla gama de oportunidades. Foi-se o tempo em que a percepção de ameaças e riscos ligados ao poder norte-americano obscurecia a visão das oportunidades no relacionamento bilateral. **\*Henrique Rzezinski é presidente da seção brasileira do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos, presidente do Brazil Information Center e vice-presidente de Relações Externas da Embraer**

**SOLUÇÃO PARA DOHA PODE SAIR NESTE MÊS, DIZ AMORIM** – Folha de São Paulo – Dinheiro – 03/09/2008

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, afirmou ontem que uma solução para a Rodada Doha de negociações comerciais globais ainda é possível neste mês. Em evento no Rio, Amorim disse ser preciso um grande esforço na Organização Mundial do Comércio por causa das eleições de novembro nos EUA.

**Amorim defende acordo multilateral** - Bruno Villas Bôas e Liana Melo – O Globo – Economia – 04/09/2008

Chanceler rebate críticas de FH e Serra e diz que subsídios exigem consenso O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, defendeu ontem o sistema de negociações multilaterais como o único caminho para o Brasil alcançar seus objetivos de longo prazo no comércio internacional.

Um mês após o fracasso da Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC), o ministro voltou a afirmar que os subsídios agrícolas praticados por países

desenvolvidos — um dos pontos centrais do impasse da Rodada — não serão eliminados ou disciplinados por acordos bilaterais.

— Acho que essas queixas (contra o multilateralismo) são mal-informadas — disse Amorim. — Mal com a OMC, pior sem ela — acrescentou o ministro, que participou ontem de um seminário do Instituto Nacional de Altos Estudos (Inae), realizado na sede do BNDES, no Rio.

Embora não tenha direcionado de forma explícita seus comentários, eles foram entendidos como uma resposta às críticas feitas na terça-feira pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. FH afirmara que o Brasil errou ao apostar todas as suas fichas em Doha, em detrimento aos acordos bilaterais.

Serra faz coro e critica escolha do multilateralismo

Ontem, ao participar pela manhã do fórum no BNDES, o governador de São Paulo, José Serra, fez coro com as críticas do ex-presidente. Avesso ao multilateralismo, Serra disse que o governo deveria apostar no bilateralismo, em vez de negociar acordos amplos.

O governador criticou ainda o atual modelo do Mercosul, já que, segundo ele, o país acaba tendo que “carregar” os parceiros da região nas negociações externas. Ele criticou também a possível entrada da Venezuela no bloco, que hoje conta com o Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai.

— Não defendo a extinção do Mercosul e sim que seja uma zona de livre comércio entre os países. O Mercosul não deve ser uma união alfandegária como é hoje — comentou Serra, defendendo a idéia de que o Brasil é um país continental e, por isso, tem condições de fazer acordos diretos com outros países.

O ministro Celso Amorim disse que a avaliação é um contra-senso. Segundo ele, o Brasil nunca se recusou a assinar acordos bilaterais. Ele admitiu, no entanto, que a Rodada de Doha pode ter travado parte das negociações: — Tivemos que, por algum tempo, interromper as negociações com a União Européia, até porque o mandato (de negociação) da União Européia com o Mercosul exige que se complete antes a Rodada de Doha. Evidentemente que se a rodada parar de vez, será tomado outro rumo.

Sobre o atual modelo do Mercosul, Amorim afirmou que fortalecer o bloco significa também fortalecer a inserção do Brasil no comércio mundial.

Segundo ele, quanto mais integrado estiver o bloco, maior será seu poder de barganha nas negociações internacionais.

O ministro disse ainda que, em outubro, deve ocorrer em Salvador (BA) um encontro entre ministros da economia do Bric — bloco que reúne Brasil, Índia, China e Rússia.

## **"Doha não acabou", diz Celso Amorim** – Folha de São Paulo – Dinheiro – 04/09/2008

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, afirmou ontem, na edição especial do Fórum Nacional, no Rio, que a Rodada "Doha não acabou". O último encontro comercial, em Genebra, terminou sem acordo. Amorim participou ontem do painel "O Brasil e a América do Sul - Integração econômica e política, no mundo pós-Doha". "Não estou de acordo com o título [do painel]. Doha não acabou. É improvável que os países queiram jogar fora as discussões. Não vão jogar fora. A questão é quando Doha será concluída: se agora ou não, e aí teremos um processo de dois, três anos no mínimo, por causa da nova administração dos Estados Unidos e de eleições na Índia e no Brasil", afirmou. Amorim disse que devem acontecer novos contatos nos próximos dias, antes da Assembléia Geral da ONU, no dia 16. Ele descartou que o país tente usar a reunião para tratar do assunto. "Negociar ali acho que não é o melhor ambiente, mas antes disso deverá haver contatos."

Para o ministro, "é muito melhor terminar agora" porque enquanto isso, disse, "perdem-se empregos, comércio, pessoas que passam fome passam mais fome". Amorim defendeu a viabilidade do fechamento do acordo, porque, segundo ele, "os elementos centrais da barganha foram praticamente acertados", mas reconheceu que "é uma brecha pequena, réstia de oportunidade". "Mas nossa obrigação é lutar por ela, porque não há alternativa às negociações multilaterais. Os bilaterais não atendem aos objetivos de longo prazo", afirmou.

## **Lamy anuncia retomada das negociações da Rodada Doha** – Folha de São Paulo – dinheiro – 05/09/2008

As negociações da Rodada Doha, de liberalização do comércio mundial, serão retomadas "em nível de altos funcionários" a partir da próxima terça-feira em Genebra, disse ontem o diretor-geral da OMC (Organização Mundial do Comércio), o francês Pascal Lamy.

Lamy afirmou ter percebido "uma disposição política, sobretudo da Índia e dos EUA [considerados os principais responsáveis pelo fracasso das negociações em julho]", para salvar a Rodada Doha. "Isso não significa que vai ser fácil", advertiu. "Não sou pessimista nem otimista. Sempre disse que essas são duas doenças que não posso me permitir contrair." Já o chanceler brasileiro, Celso Amorim, disse que um acordo na próxima semana nas negociações da Rodada de Doha na próxima semana é possível, mas é difícil de ser atingido. "Nós achamos que é possível chegar a um acordo. Sabemos que é difícil. Não há fórmula mágica."

O ministro brasileiro afirmou que as condições para as negociações estão melhores do que no momento em que fracassaram, pois os países não estavam bem preparados para abordar o assunto da salvaguarda em julho e os negociadores estavam exaustos depois de dias de conversas ininterruptas. A principal razão para o fracasso das negociações em julho foi a grande discordância entre os EUA e a Índia sobre os termos de um mecanismo de salvaguarda que poderia evitar uma inundação de produtos importados em países pobres.

## **Serra critica o Mercosul – Folha de São Paulo – Notas e Informações – 06/09/2008**

A diplomacia econômica brasileira deveria eleger novas prioridades e mudar de rumo, segundo o governador de São Paulo, José Serra. Ele defende maior empenho na busca de acordos bilaterais e maior independência em relação ao Mercosul. Não vale a pena, sustenta o governador, insistir em manter o bloco regional como união aduaneira. A união funciona mal e, por suas normas, impede o Brasil de negociar por sua conta acordos de livre-comércio com os parceiros de sua escolha. Melhor seria, portanto, rebaixar o Mercosul ao status de área de livre-comércio, com preferências comerciais entre os sócios e liberdade para cada um assinar os pactos de seu interesse. Ele já havia proposto essa mudança bem antes do recente impasse da Rodada Doha de negociações comerciais. Na quarta-feira, aproveitou um seminário especial do Fórum Nacional, no Rio de Janeiro, para reafirmar suas críticas à atual orientação diplomática. O ministro de Relações Exteriores, Celso Amorim, contestou as críticas. Acordos multilaterais, afirmou, são os mais adequados aos grandes objetivos comerciais do País. Quanto ao Mercosul, é um fator de fortalecimento internacional do Brasil, disse o chanceler. Ambos estão parcialmente certos. Serra mostrou maior realismo quanto à política regional.

Está certo o governador paulista em suas críticas ao Mercosul. O bloco é um fracasso como união aduaneira. Há uma porção de exceções à Tarifa Externa Comum (TEC). Além disso, a tarifa é usada de forma aberrante: incide quando um produto é recebido em qualquer porto do bloco e é de novo cobrada quando esse bem é transferido a outro membro da associação. Um dos objetivos do governo brasileiro, no exercício da presidência rotativa do Mercosul, neste semestre, é eliminar essa cobrança múltipla. Não há garantia de êxito.

Mas isso é apenas parte dos problemas. O bloco não funciona direito nem como zona de livre-comércio. O intercâmbio do setor automotivo é ainda sujeito a restrições, definidas por acordo, e a liberalização setorial só deverá ocorrer dentro de vários anos - se ocorrer. Além disso, há várias barreiras comerciais entre os sócios, aplicadas, na maior parte dos casos, pelo governo argentino contra produtos brasileiros. A Venezuela, ainda sem participação plena no Mercosul, também mantém barreiras importantes e as tem aumentado. No primeiro semestre deste ano, as exportações brasileiras de carros para o mercado venezuelano foram 83% menores que as de um ano antes por causa de cotas em vigor desde janeiro.

Se o ingresso da Venezuela for completado, as possibilidades de acordos internacionais do Mercosul ficarão ainda mais limitadas, porque o presidente Hugo Chávez declarou, mais de uma vez, a disposição de vetar qualquer pacto de livre-comércio com os Estados Unidos.

Sem Chávez, no entanto, os governos do Mercosul já não se entendem quando se trata de negociações bilaterais (com a União Européia, por exemplo) ou multilaterais (Brasil e Argentina divergiram na tentativa recente, em agosto, de conclusão da Rodada Doha). Quando se trata de negociações com parceiros importantes, o Mercosul é um entrave ao Brasil e não um fator de fortalecimento.

O chanceler está certo, no entanto, ao sustentar a importância primordial dos acordos multilaterais para os objetivos comerciais do Brasil. Ele e o governador Serra estão igualmente errados, no entanto, ao falar de negociações multilaterais e bilaterais como se fosse preciso escolher um ou outro tipo de negociação. O Brasil poderia muito bem - como demonstraram outros países em desenvolvimento - ter cuidado simultaneamente da Rodada Doha e de conversações bilaterais. De fato, a diplomacia brasileira até procurou fazê-lo, em alguns momentos, mas foi incapaz de liderar os sócios do Mercosul e, além disso, cometeu o erro de torpedear o projeto da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), por mera prevenção ideológica. Quando os negociadores de Washington decidiram criar dificuldades graves, os brasileiros e argentinos já haviam afundado o projeto. Seja qual for o resultado da próxima tentativa de salvar a Rodada Doha, o governo brasileiro deveria esforçar-se para contemplar com um pouco mais de realismo sua diplomacia. Se o Mercosul continuar travado, para que manter uma fictícia união aduaneira?

**Antes tarde do que nunca** – Pedro de Camargo Neto – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 10/09/2008

Avançar numa negociação multilateral com mais de 150 países é muito difícil. Negociar significa trocar, oferecer algo em troca do que se deseja. A riqueza relativa entre países desenvolvidos e em desenvolvimento é muito discrepante. Os mais pobres precisam oferecer muito, o que acaba significando pouco para o outro lado. Obter um acordo de consenso entre 150 é tarefa complexa.

Os avanços ocorrem porque os interesses internos dos países não são homogêneos. As sociedades se dividem e o negociador, que deve representar o interesse do país, recebe pressões de mais de um lado. O objetivo de um país em desenvolvimento, embora encontre resistência em parte da sociedade do país desenvolvido, também recebe apoios que precisam ser trabalhados.

A dificuldade de avançar na liberalização agrícola é que esses setores dos países desenvolvidos são fortemente organizados, além da questão da segurança alimentar. Avançar exige encontrar parceiros do outro lado, reduzindo o custo do que será oferecido em troca. Catalisar apoios externos exige capacidade de comunicação e organização nos países desenvolvidos.

Quando iniciamos, em 2001, o desenvolvimento dos contenciosos, do algodão contra os Estados Unidos e do açúcar contra a União Européia (UE), tinha-se em mente a necessidade de caracterizar a iniquidade do comércio internacional agrícola. O contencioso deveria, além de procurar a obtenção junto ao Órgão de Solução de Controvérsias da Organização Mundial do Comércio (OMC) de decisão orientando as necessárias mudanças, também auxiliar na comunicação da iniquidade que as políticas dos países desenvolvidos causavam aos em desenvolvimento.

Um contencioso caracteriza um problema. É mais do que um desejo de mudança. Retrata uma irregularidade em relação ao que foi acordado no passado. É uma interpretação divergente, de um lado, procurando que uma terceira parte isente ajuíze quem tem razão. Um contencioso é também um forte instrumento de comunicação.

No debate que precedeu a decisão de formalizar o início dos contenciosos, desacreditado por muitos, argumentávamos que criá-los oferecia a oportunidade de expor a iniquidade com grande capacidade de comunicação. Até mesmo arriscar uma eventual derrota era válido, pois fortaleceria a visão da necessidade de mudanças.

A abertura dos contenciosos realmente ofereceu grande espaço para os reclamos brasileiros. A imprensa internacional posicionou-se a favor do Brasil. Trabalhou para conquistarmos a posição de líder político no comércio agrícola onde já éramos um líder exportador. Amplos setores da sociedade, para não dizer a maioria, dentro dos EUA e da UE, apoiaram o Brasil na necessidade de mudança.

Veio em junho de 2004 o primeiro resultado do painel de arbitragem do contencioso do algodão. Ganhamos até mais do que todos previam. O lado norte-americano recorreu, usando todos os mecanismos protelatórios. Continuamos vencendo. Infelizmente, o governo ignorou a capacidade de comunicação dos contenciosos. Os processos foram administrados discretamente em Genebra, como se estivessem sub judice.

A capacidade de comunicação do vitorioso contencioso foi ignorada. Deixamos de catalisar apoios e trabalhar alianças para o avanço da Rodada Doha. Pior do que isso. No caso do contencioso do algodão, houve um claro acordo com os EUA. Aceitaram o argumento dos EUA de que a Rodada Doha equacionaria os subsídios do algodão. O correto seria usar o resultado do contencioso como instrumento de pressão para a rodada.

Não usaram o resultado do contencioso na reunião ministerial de Hong Kong, em 2005. Algodão não esteve sequer na agenda do Brasil. Os países africanos, nunca procurados pelo Brasil, que haviam optado por uma rota política para solucionar a questão dos subsídios do algodão, foram abandonados. A alavanca que representaria pressionar a questão dos subsídios, fortalecida com uma histórica vitória, foi ignorada.

Novamente, na recente fracassada reunião miniministerial em Genebra, o Brasil não priorizou uma solução para o algodão. Aceitou, equivocadamente, que sua solução não estivesse em igualdade de atenção com os outros temas tratados pelo diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, cuja proposta foi tão rápida e enfaticamente apoiada pelo Brasil.

Não se trata de priorizar um produto, mas sim de compreender que sua solução é instrumento de mudança e comunicação para a questão dos subsídios. Avançar nos subsídios influiria fortemente, também, em avanço em acesso a mercados. A solução para este contencioso, de importância política superior ao conteúdo econômico do produto, poderia ter sido usada pelo Brasil como bandeira para a obtenção do difícil consenso.

Com o fracasso de Doha, ou ao menos seu atraso, vemos agora o governo alardear que retaliará os EUA pelo não-cumprimento da decisão da OMC. Realmente, regras

acordadas devem ser cumpridas e a retaliação é o mecanismo previsto quando isso não ocorre. Retaliar é obter da OMC autorização para infringir compromissos acordados, prejudicando o comércio com os EUA. Retaliar pode ser obter autorização para aumentar o Imposto de Importação de alguns produtos que o Brasil importa de lá. Pode também ser obter autorização para deixar de pagar royalties por direitos de propriedade intelectual.

Encarecer a importação de produtos norte-americanos acaba prejudicando algum consumidor brasileiro. É também difícil obter o impacto político possível com a alteração de direitos de propriedade intelectual. O desejado é corrigir a iniquidade do comércio agrícola. Alterar as forças que aprovaram os enormes e ilegais subsídios no Congresso. Para retaliar precisa-se mobilizar forças em outros segmentos, provocando mudanças.

Antes tarde do que nunca. Poderia também usar como título outra expressão popular: melhor, só se for verdade. **\*Pedro de Camargo Neto é presidente da Associação Brasileira de Produtores e Exportadores de Carne Suína (Abipecs)**

#### **Mercosul e sonhos de poder** – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 10/09/2008

Um convênio sobre comércio em reais e pesos, sem recurso direto ao dólar, foi o resultado mais tangível da primeira visita oficial da presidente argentina, Cristina Kirchner, ao Brasil. Exportadores de cada país poderão usar a moeda nacional para fixar preços e para receber o valor da venda. O uso do sistema será voluntário. Suas vantagens principais serão, provavelmente, a simplificação dos cálculos, alguma segurança em relação às oscilações cambiais e uma economia estimada em até 4% na comparação com as transações em moeda americana. Além desse acordo, a visita rendeu promessas de maior cooperação - algumas imprudentes - e de fortalecimento do Mercosul, principalmente da parte do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Não se avançou na solução de nenhum problema bilateral importante. Não se tentou remover nenhuma barreira comercial entre os dois países nem se eliminaram as divergências em relação à Rodada Doha de negociações comerciais.

A persistência desses problemas, apesar da importância do comércio bilateral e do volume de investimentos brasileiros na Argentina, dá uma boa idéia das limitações do Mercosul. A maior parte dos benefícios proporcionados pela cooperação entre Brasil e Argentina poderia ser obtida numa zona de livre-comércio. O status de união aduaneira não resultou, até agora, em benefícios proporcionais aos compromissos, complicações e restrições de uma associação desse tipo.

Esse quadro não será alterado com o convênio sobre comércio em moedas locais. Essa inovação poderá produzir resultados positivos. Talvez facilite, como se anunciou, a participação de mais empresas pequenas e médias no intercâmbio bilateral. Tudo isso será muito bom. Mas não será - ao contrário do proclamado pelo presidente Lula - o primeiro passo para a integração monetária regional.

Para chegar à moeda única, Argentina e Brasil teriam de percorrer um longo e difícil caminho de convergência em suas políticas fiscais, cambiais e comerciais. Hoje, a convergência não basta sequer para sustentar um intercâmbio bilateral sem barreiras, sem desconfianças mútuas e sem surtos de protecionismo.

Do lado argentino, as dificuldades da integração regional são habitualmente lançadas na conta das “assimetrias” econômicas. O conceito de assimetria tem sido usado com amplitude suficiente para sustentar tanto os argumentos mais sérios quanto as alegações mais frágeis a favor do protecionismo. Do lado brasileiro, o governo tem-se mostrado pouco disposto a discutir de forma conseqüente os entraves à liberalização comercial. Prefere contemporizar e mostrar-se cooperativo, tanto por motivo ideológico, a integração Sul-Sul, como pela ambição de afirmar uma liderança regional inexistente.

Só nesse mundo de fantasia política pode ter sentido a promessa de usar o fundo soberano brasileiro, por enquanto imaginário, para financiar companhias argentinas - intenção declarada pelo presidente Lula numa entrevista, segundo o jornal Clarín, de Buenos Aires. O BNDES, acrescentou, será reformado para abrigar uma carteira destinada a empréstimos a empresas estrangeiras.

Mas o presidente não se limitou a envolver o fundo soberano e o BNDES nas suas promessas e propostas. Convidou a indústria argentina para fornecer equipamentos necessários à exploração do petróleo do pré-sal. Pode dar certo, mas falta saber se as encomendas, nesse caso, serão realizadas segundo critérios comerciais ou com base em decisões de política regional. Em se tratando do presidente Lula, a segunda hipótese é perfeitamente plausível. Mas ele decidiu envolver também a indústria aeronáutica - leia-se Embraer - em sua política de cooperação bilateral. A idéia é converter uma velha e quase esquecida empresa argentina em fornecedora de peças. E se a Embraer não aceitar? A resposta foi dada pelo assessor da Presidência para Assuntos Internacionais, Marco Aurélio Garcia: o governo tem poder sobre a Embraer, porque detém uma golden share, com poder de veto em questões consideradas estratégicas.

Poder de veto não é poder para definir políticas. Se o assessor presidencial sabe disso, o que significa a referência à golden share? Algum tipo de ameaça? A fantasia, nesse caso, entra no perigoso terreno da truculência e da irresponsabilidade.

### **EUA prometem novidades para resgatar Doha** – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 10/09/2008

O governo americano vai apresentar novas idéias de como superar o impasse nas negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC). Segundo o Itamaraty, a Casa Branca está disposta a trabalhar com novas propostas para tentar salvar a Rodada Doha. “Resta saber se a Índia aceitara isso. Há muitas idéias surgindo”, afirmou o embaixador Roberto Azevedo, que lidera a missão brasileira. Poucos, porém, acreditam no fim do impasse. Hoje, os sete principais atores das negociações comerciais vão voltar a se reunir em Genebra para tentar retomar a Rodada Doha, que fracassou em julho.

**OMC retoma negociações da Rodada Doha** – Folha de São Paulo – Dinheiro – Marcelo Ninio - 10/09/2008

Uma reunião em Genebra marca hoje a volta à mesa de negociações da Rodada Doha de abertura comercial, que terminaram mais uma vez em impasse em julho, após sete anos de tentativas. Representantes de sete países, incluindo o Brasil, recomeçarão do ponto em que as conversas travaram: a divergência entre Índia e Estados Unidos em torno do mecanismo de restrição às importações agrícolas nos emergentes.

**A moeda, o crédito e o capital financeiro** - José Luís Fiori – Carta Maior – 14/09/2008

Ao estatizar duas de suas maiores empresas de financiamento hipotecário, os EUA deram uma aula, curta, sintética e brilhante, sobre a natureza do capitalismo, e sobre o funcionamento dos seus mercados. Neste sistema, não existe um "conflito perene" entre a política e o mercado, mas uma sólida aliança entre o poder e a finança.

*“Todas as moedas são símbolos, e o seu peso ou composição não tem maior importância. O que de fato importa é o nome ou o poder de quem a emite”.*

**Mitchell Innes**, *What is money*, Banking Law Journal 1913, May, p: 382

Para surpresa dos ideólogos, os Estados Unidos acabam de dar uma aula, curta, sintética e brilhante, sobre a natureza do capitalismo, e sobre o funcionamento dos seus mercados. Com poucas palavras, o governo americano anunciou, nesta última semana, a estatização das duas maiores empresas de financiamento hipotecário dos EUA - a Fannie Mae, e a Freddie Mac – criadas pelo estado americano, em 1938 e 1970, e depois privatizadas, com o objetivo de diminuir os gastos públicos e aumentar a concorrência setorial.

Ao anunciar sua decisão, o secretário do Tesouro americano prometeu injetar até US\$ 200 bilhões dos contribuintes, nas duas empresas que controlam metade do mercado de hipotecas dos EUA, estimado em 12 trilhões de dólares. Mas não é só isto: nos últimos meses, o Fed financiou a aquisição do Bear Stearns pelo J.P. Morgan; criou uma nova linha de financiamento para firmas externas ao setor bancário; e colocou seus “inspetores” para controlar os bancos de investimento. Enquanto o Congresso americano aprovava, no último dia 30 de julho, a Lei para a Recuperação da Economia e do Setor Imobiliário, e discutia uma nova regulamentação rigorosa e detalhada do mercado financeiro americano. E agora, mais recentemente, o ex-presidente do Fed, Alan Greenspan, propôs diretamente a criação de uma nova Agência Estatal de análise de risco das empresas privadas. Ou seja, de todos os lados está vindo o mesmo sinal: como diz o jornal *Financial Times*, “no conflito perene entre a política e o mercado, não há dúvida, que neste momento, a política está por cima” .

Enquanto isto, os analistas econômicos batem cabeça, há mais de um ano, sem conseguir explicar a natureza, a extensão e o futuro da crise hipotecária americana. Talvez, porque todos compartilham, de uma forma ou outra, a mesma tese do *Financial Times*: a

idéia equivocada de que existe um “conflito perene”, entre a Política e o Mercado. Apesar de que a história da formação dos mercados e do capitalismo, aponte na direção oposta, de uma solidariedade essencial e originária entre o poder, o mercado e os capitais privados.

Uma história que começa, por volta do século XIV, com o poder arbitrário dos príncipes que definiam de forma soberana, o valor dos tributos que deviam ser pagos pelos seus súditos, e ao mesmo tempo, definiam o valor da moeda que cunhavam para pagamento dos seus próprios tributos. E mesmo quando circulavam outras moedas e títulos privados, dentro do seu “principado”, eles sempre eram referidos, em última instância, ao valor da moeda soberana. Este “circuito” inicial se complicou com a expansão das guerras e a necessidade dos príncipes recorrerem ao endividamento, criando a dívida pública negociada pelos comerciantes-banqueiros, num mercado cada vez mais extenso de títulos e moedas. Foi assim que nasceu o capital financeiro através da senhoriagem entre as moedas e títulos das unidades soberanas do mundo Medieval.

O passo seguinte desta história aconteceu nos séculos XVII e XVIII, com o nascimento dos primeiros estados nacionais, e com a “revolução financeira” que mudou a face do capitalismo europeu. Esta revolução começou na Holanda, no século XVII e se completou na Inglaterra, no século XVIII. Os dois países centralizaram seus sistemas de tributação e criaram bancos públicos responsáveis pela administração conjunta, da dívida soberana, na forma de bônus do estado, e da dívida privada, na forma de letras de câmbio, que se transformam na base de um sistema de crédito cada vez mais elástico, criativo e diversificado, mas sempre referido, em última instância, à moeda de conta nacional. E não há dúvida que a fusão entre esta nova finança holandesa e inglesa, a partir de 1689, teve um papel decisivo no fortalecimento e na vitória colonial da Inglaterra, e na projeção internacional da moeda inglesa, a Libra, que foi hegemônica em todo o mundo até sua “quase-fusão” com o Dólar norte-americano, durante o século XX. Numa espécie de sucessão “hereditária”, que partiu da Holanda e da Inglaterra, e se prolongou nos Estados Unidos, mantendo a supremacia monetário-financeira anglo-saxônica, inquestionável durante os quatro séculos de história deste sistema mundial que foi criado a partir da expansão política e econômica da Europa.

Durante o período em que a “moeda internacional” teve uma base metálica, a Libra e o Dólar também tiveram uma restrição financeira intransponível, imposta pela necessidade de equilíbrio do Balanço de Pagamentos do país emissor da moeda de referência. Mas depois do fim do Sistema de Bretton Woods, em 1973, esta restrição desapareceu, com o novo sistema monetário internacional “dólar-flexível” que não tem nenhum tipo de padrão metálico de referência. Neste sentido, se pode dizer que houve uma nova “revolução financeira”- na década de 1980 -, que provocou uma espécie de retorno às origens da relação entre o poder, a moeda e o crédito.

Os EUA voltaram a definir, de forma soberana e isolada, o valor da sua moeda, apesar de que ela já fosse a moeda internacional, e também o valor dos seus títulos da dívida pública, apesar de que eles se tenham transformado na base de referência da própria moeda. Além disto, o governo americano desregulou seus mercados financeiros, e com isto liberou a expansão quase infinitamente elástica do crédito, longe do mundo das mercadorias e do “valor-trabalho”, e limitado apenas pela capacidade de tributação e

endividamento do próprio estado americano, que ainda é um poder em expansão, e que ganha mais poder, com o fortalecimento do seu crédito internacional, e do seu capital financeiro. Neste sistema, portanto, não existe um “conflito perene” entre a política e o mercado, como pensa a teoria econômica convencional. O que existe e sempre existiu, é uma “memorável aliança”, entre o poder e a finança, que esteve na origem do capitalismo, e do “milagre europeu”, segundo Max Weber, e que segue movendo a fronteira expansiva do sistema inter-estatal capitalista, neste início do século XXI.. *\*José Luís Fiori, cientista político, é professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro.*

### **Crise boliviana é primeiro grande teste da Unasul – Janaína Figueiredo – O Globo – O Mundo – 15/09/2008**

BUENOS AIRES. A União das Nações Sul-americanas (Unasul), criada em maio passado durante uma cúpula presidencial em Brasília, enfrentará hoje seu primeiro grande teste: ajudar a Bolívia a superar a crise política. Por iniciativa dos governos de Chile, Equador, Argentina e Venezuela, presidentes e representantes dos 12 países que integram a Unasul se reunirão hoje em Santiago para discutir a situação. O encontro foi convocado pela presidente chilena, Michelle Bachelet, que tem a presidência temporária do bloco.

O resultado da reunião de hoje poderia determinar o futuro da Unasul, bloco no qual convivem governos aliados ao do presidente Evo Morales, com destaque para o do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, e outros menos identificados com a experiência boliviana, como o do presidente peruano, Alan Garcia, e do colombiano, Álvaro Uribe.

Os bastidores do encontro refletem as diferentes visões que convivem no bloco. A cautela do presidente Luiz Inácio Lula da Silva contrastou com o entusiasmo de Chávez. Lula estaria irritado com a atitude de Morales, que quinta-feira passada pediu aos governos do Brasil e da Argentina que cancelassem o envio de uma missão comandada pelo Assessor Especial da Presidência da República, Marco Aurélio Garcia.

Na visão de analistas, o resultado da reunião é muito importante para a Bolívia e para o continente. Um eventual fracasso na mediação da crise poderia aumentar a ingerência da Venezuela em assuntos internos do país (Chávez chegou a propor a criação de um movimento armado na Bolívia para enfrentar uma suposta conspiração comandada pelos Estados Unidos) e, a acentuar o conflito entre o governo Morales e os Estados Unidos. Segundo o analista argentino Juan Tokatlián, professor de Relações Internacionais da Universidade de San Andrés, “a reunião dos presidentes da Unasul representa o reconhecimento de que a crise boliviana afeta todos os países da região. Para evitar qualquer solução militar é fundamental alcançar um acordo político e nesse contexto o papel da Unasul é chave”. Um dos desafios do encontro de amanhã (hoje) é que a Unasul assuma a responsabilidade de moderar a ação de Chávez em crises de outros países — afirmou Tokatlián. Segundo ele, “se a Unasul não conseguir controlar o presidente venezuelano, ele se transformará num problema crônico para o continente”. Em relação ao papel dos Estados Unidos, Tokatlián assegurou que “o sucesso da Unasul seria funcional aos planos de longo prazo da Casa Branca”. “Um dos desafios do encontro de amanhã (hoje) é que a Unasul assuma a responsabilidade de moderar a ação de Chávez em crises de outros países Juan Tokatlián, analista argentino

**Morales aceita que Unasul seja mediadora na Bolívia** – Clóvis Rossi – Folha de São Paulo – Mundo – 16/11/2008

O presidente da Bolívia, Evo Morales, aceitou ontem que a Unasul (União de Nações Sul-Americanas) atue como mediadora do diálogo entre seu governo e os cinco governadores de oposição, que há três semanas promovem o bloqueio de rodovias e a ocupação de aeroportos e prédios públicos.

Morales, no entanto, apresentou aos oito presidentes (mais a anfitriã Michelle Bachelet), reunidos em cúpula de emergência da Unasul em Santiago, Chile, duas condições para iniciar as negociações. Primeiro, que os opositores desocupem os edifícios do governo; segundo, que uma comissão internacional investigue o massacre de camponeses pró-governo no departamento de Pando (norte da Bolívia).

O secretário-geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), José Miguel Insulza, ofereceu sua instituição para a investigação.

O "sim" de Morales à mediação veio depois da intervenção do presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva. Lula disse que, se Morales optasse por reprimir os opositores, não havia nada que a Unasul pudesse fazer. O bloco regional, criado há apenas quatro meses, atuaria se a opção pelo diálogo fosse de Morales. "A posição de Lula mudou o eixo da reunião", conforme a **Folha** ouviu de representantes chilenos e peruanos.

**Vídeo de abertura** - Explica-se a frase: até então, haviam predominado as críticas do venezuelano Hugo Chávez ao que considerou "mão oculta de Bush [o presidente dos EUA] na preparação de um golpe na Bolívia". Aliás, Morales abriu a reunião, depois da apresentação da anfitriã, Michelle Bachelet, exibindo vídeo de atos de vandalismo da oposição e de proclamações golpistas. Também Cristina Kirchner (Argentina) criticou, embora em termos bem mais brandos, os EUA, depois de Chávez ter dito que a suposta conspiração norte-americana agora estava envolvendo a própria presidente argentina (referência à acusação dos EUA de que a campanha eleitoral da hoje presidente foi financiada por Chávez).

Lula tirou completamente o foco dos EUA com a sua observação sobre a autonomia de Morales para aceitar ou não o diálogo. Tanto que não houve, na declaração final, qualquer menção a Washington.

Lula, ao sair do Palácio de la Moneda, sede do governo chileno e da cúpula de emergência, já avançada a noite (passava das 21 horas, 22h em Brasília), festejou o resultado e a ênfase no diálogo: "Um país pobre como o Bolívia precisa de tranquilidade para poder se desenvolver". Já o chanceler Celso Amorim preferiu resumir o encontro em duas palavras: "pressão e diálogo". Pressão no sentido de que a condição indispensável para o diálogo é a desocupação, pelos opositores, de prédios públicos ainda tomados.

O documento dá ainda, como a **Folha** antecipara, forte respaldo à "autoridade legítima", o presidente Evo Morales, condição, aliás, que Lula também fez questão de ressaltar, lembrando até que a legitimidade do boliviano saíra reforçada do recente

referendo revogatório. O texto faz ainda intransigente defesa da integridade territorial da Bolívia, "que não deve ser posta em questão em nenhum momento", segundo o chanceler chileno Alejandro Foxley. Parte da oposição já vinha usando uma palavra incendiária ("secessão") para tratar da autonomia dos departamentos rebelados contra La Paz

**"Mesa de diálogo"** - De todo modo, o nítido respaldo a Morales, natural em se tratando de um presidente eleito e reconfirmado, vem acompanhado do aceno ao diálogo com a oposição. Falta apenas definir o formato final do que os chilenos estão chamando de "mesa de diálogo".

O que está certo é que a presidência de turno da Unasul, exercida pelo Chile, será a liderança. Houve uma proposta para que o chamado grupo de amigos da Bolívia (Argentina, Brasil e Colômbia) completasse a mesa. Mas o uruguaio Tabaré Vázquez reclamou: "Porque só três amigos, se somos todos amigos da Bolívia?".

Ficou então decidido que todos os 12 países da Unasul formarão o grupo de amigos, que se colocará à disposição de Morales para iniciar a mediação. Mas nem todos, óbvio, irão à Bolívia. Bachelet vai conversar nos próximos dias com os colegas para definir quem acompanhará a missão de pacificação.

Antes da reunião dos presidente, o chanceler Foxley dissera que o diálogo seria com "todos os setores". "Inclusive com Leopoldo Fernández, governador de Pando, cuja prisão foi decretada pelo governo e que o presidente Morales não aceita à mesa?", perguntou a **Folha**. Foxley respondeu com uma frase que permite qualquer interpretação: "O que interessa é um diálogo construtivo com interlocutores dispostos a chegar a um acordo". Ao chegar a La Paz, Morales antecipou o que seria seu discurso ante os chefes de governo. Denunciou que está em marcha o que chamou de "golpe de Estado cívico em alguns departamentos", em referência aos Comitês Cívicos, que reúnem a elite econômica e política das regiões.

**Papel do Brasil deve ser evitar intervenções** – Marcelo Ninio – Folha de São Paulo – Mundo – 16/09/2008

O presidente Lula deveria converter sua popularidade em liderança regional, a fim de servir como um agente moderador em crises como a da Bolívia. A opinião é da chilena Marta Lagos, fundadora e diretora do Latinobarómetro, instituto de pesquisas que desde 1995 monitora os humores da opinião pública em relação ao desempenho dos governantes latino-americanos. De passagem por Genebra para uma conferência, Lagos disse à Folha que a violência na Bolívia é "inevitável" e criticou a interferência externa na crise, mencionando Venezuela e EUA.

**FOLHA - O diálogo entre governo e oposição pode criar uma solução consistente?**

**MARTA LAGOS** - A Bolívia vive uma luta entre o poder político, que conta com o apoio da maioria, como mostrou o plebiscito revogatório, e o poder econômico. Uma divisão que também é geográfica, algo semelhante ao que ocorreu nas eleições de Brasil, México, Equador e Peru. São muitos os países em que a pobreza e a política estão correlacionados geograficamente, o que torna as divisões ainda mais complexas. Essa luta na Bolívia representa um novo aspecto na luta pela democracia. Antes era a minoria que dominava a maioria, pois tinha o poder político e econômico. Hoje a maioria política não consegue dominar a minoria econômica. Acho que a Bolívia enfrentará uma série de instabilidades institucionais inevitáveis antes de haver uma solução negociada. Em todo o mundo a democracia foi construída após a violência e não vejo que na Bolívia seja diferente.

**FOLHA - Por quê?**

**LAGOS** - Acho que é inevitável que haja mais violência. Torço para que não seja uma guerra civil ou um conflito apoiado por agentes internacionais. O ideal seria que os bolivianos pudessem resolver seus problemas sozinhos e que ninguém mais intervisse para "ajudar". A autodeterminação dos povos vale neste caso.

**FOLHA - A interferência externa foi negativa? Como os países da região podem ajudar?**

**LAGOS** - Toda interferência externa é sempre negativa, porque desequilibra os poderes de uma sociedade. A comunidade internacional pode fazer muito vigiando e observando para que não haja intervenções incorretas.

**FOLHA - Quando fala em intervenção negativa a sra. se refere à Venezuela?**

**LAGOS** - Estou falando da Venezuela, mas também dos EUA, que fornecem armas à oposição, o que pode tornar a situação ainda mais grave. O Brasil poderia ajudar impedindo que os EUA fizessem isso. Essa sim, seria uma intervenção externa positiva. Seria fantástico também se pudesse transmitir ao governo Chávez que não interfira.

**FOLHA - Mas a sra. tem provas de que os americanos estejam armando a oposição?**

**LAGOS** - Não. O que há são suspeitas, que são reforçadas pelo histórico de intervenções dos EUA na América Latina. Esse histórico e o fato de a Bolívia ter expulsado o embaixador americano criaram o temor de que poderia estar se repetindo uma intervenção como a do passado.

**FOLHA - O presidente Lula tem recorde de aprovação doméstica e é também o líder latino-americano mais popular, como mostra o Latinobarómetro. Isso deve ser traduzido em liderança regional?**

**LAGOS** - Creio que sim. Muita gente espera que ele possa levantar mais a voz em nome da América Latina. Ele é um líder muito mais consensual do que Chávez, que neste momento tem muitos pontos negativos. Lula, por outro lado, conseguiu um equilíbrio muito difícil. Deveria levantar a voz para defender a Bolívia contra a intervenção de governos estrangeiros.

### ***FOLHA - Que Bolívia emergirá desta crise?***

**LAGOS** - Não sei se a Bolívia terá uma Constituição socialista, como disse Morales, mas sem dúvida será uma Carta muito mais democrática que a de hoje. Os bolivianos estão enfrentando simultaneamente problemas que outros países tiveram 50 ou 60 anos para abordar.

### **A parcialidade da Unasul – Estado de São Paulo – Notas de Informações – 17/09/2008**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva deveria ter seguido seu instinto político. Quando soube da convocação, pela presidente do Chile, Michelle Bachelet, da reunião da União das Nações Sul-Americanas (Unasul) para examinar a crise boliviana, seu primeiro impulso foi recusar o convite e mandar um representante em seu lugar. Ele não via sentido numa reunião de chefes de Estado, uma vez que o grupo não poderia tomar decisões que só cabem ao presidente Evo Morales. Isso, aliás, havia ficado claro quando o presidente boliviano recusou a mediação do Grupo de Amigos da Bolívia (Brasil, Argentina e Colômbia) oferecida dias antes pelo próprio Lula - enquanto procura negociar com seus opositores. De certo, o presidente brasileiro também receava que o encontro de presidentes fosse usado como palco para mais uma das agressivas demonstrações de radicalismo do caudilho Hugo Chávez, que já havia ameaçado intervir militarmente na Bolívia se a crise interna pusesse em risco o governo de seu discípulo bolivariano, Evo Morales.

Mas Lula deixou-se convencer, finalmente, de que a reunião da Unasul não apenas não configuraria uma intromissão nos assuntos internos da Bolívia, como sua realização interessava a Morales. Também teria pesado na sua decisão de ir a Santiago o fato de ser aquela a primeira reunião do novo organismo regional criado para substituir a OEA - ou seja, para evitar qualquer ingerência política dos Estados Unidos nos assuntos sul-americanos.

Os debates entre os presidentes e o texto do comunicado final da Unasul mostram que o presidente Lula teria saído no lucro não indo a Santiago. Para começar, Michelle Bachelet, presidente de turno da organização, teve grande trabalho para evitar que referências grosseiras aos Estados Unidos - acusados de fomentarem uma guerra civil na Bolívia - constassem do documento final, como exigiam Hugo Chávez, Evo Morales e Rafael Correa. Mesmo assim, o texto aprovado por unanimidade é um primor de parcialidade, não por dar respaldo a um presidente eleito, mas por considerá-lo, contra todas as evidências, como o paladino da “institucionalidade democrática”, do “Estado de Direito” e da “ordem jurídica vigente”.

Não há quem não saiba que o caos político e social se instalou na Bolívia porque Evo Morales violentou todos os princípios da democracia na sua tentativa de implantar no país um extravagante regime socialista, baseado no autoritarismo do confuso

bolivarianismo de Chávez e temperado com um modelo de organização social pré-colombiano.

Antes que a situação chegasse ao ponto atual, o homem que a Unasul considera o guardião das liberdades democráticas fechou o Congresso, praticamente dissolveu a Corte Suprema e fraudou escandalosamente o processo de elaboração da Constituição que quer impor ao país. Foi contra tudo isso que se insurgiram cinco dos nove Departamentos da Bolívia. Seus governadores também deixaram a lei de lado e seria risível, não fosse trágico, falar na “ordem legal vigente” na Bolívia.

É também estranho que a Unasul exija respeito à integridade territorial da Bolívia. Há pelo menos dois anos, desde que os ânimos começaram a se acirrar, os governadores de oposição e as organizações cívicas que os apóiam não se cansam de afirmar que seu objetivo é evitar a imposição do socialismo e da ordem social pré-colombiana - que deixa em posição de submissão quem não é índio - e consagrar a autonomia dos Departamentos - e não a deposição de Evo Morales e, muito menos, a secessão do país. Se, nesse período, existiu alguma ameaça à integridade da Bolívia, ela partiu do caudilho Hugo Chávez, que mais de uma vez se disse disposto a intervir militarmente no país.

Do espetáculo encenado em Santiago teria restado de útil a decisão de organizar uma comissão para acompanhar os trabalhos de uma mesa de diálogo entre o governo e a oposição bolivianos. Mas os presidentes reunidos fizeram um “apelo ao diálogo” quando, havia já 48 horas, se reuniam no Palácio Quemado, em La Paz, o vice-presidente Álvaro García Linera e o governador de Tarija, Mario Cossio, para acertar as bases das negociações entre o governo e os governadores da “meia-lua”. É desse diálogo que pode surgir a tão desejada “harmonização” entre a Constituição de Morales e as reivindicações políticas dos governadores - única forma pacífica de solucionar a crise boliviana.

#### **Reunião da Unasul afastou OEA da crise - Eliane Oliveira e Gerson Camarotti – O GLObo – O Mundo – 17/09/2008**

BRASÍLIA. A reunião de presidentes da União das Nações SulAmericanas (Unasul) na segunda-feira, no Chile, sepultou de vez a possibilidade de a Organização dos Estados Americanos (OEA) participar do processo de pacificação na Bolívia. Essa posição foi adotada para neutralizar qualquer tipo de interferência dos Estados Unidos. De volta ao Brasil, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva comentou com auxiliares que a reunião representou um marco na política externa da região: pela primeira vez, os problemas na América do Sul foram resolvidos no subcontinente e não mais em Washington, numa mudança clara de comportamento.

Segundo um ministro que acompanhou Lula na viagem a Santiago, a convergência de idéias do grupo deu legitimidade à Unasul como mediadora entre o governo boliviano e os quatro governadores de oposição.

— A unidade de pensamento é um recado duro para quem tentar uma aventura contra a democracia da Bolívia. Quem tentar um golpe pode esperar um

completo isolamento em relação aos países da América do Sul — relatou esse ministro. — Problemas da América do Sul agora são resolvidos na América do Sul. É uma mudança significativa, porque antes, nossos problemas eram resolvidos sem Washington (sede da OEA).

Para diplomata, reunião foi um batismo de fogo Um diplomata que acompanhou os debates completou: — A Unasul passou por um batismo de fogo e demonstrou que pode resolver sozinha os problemas regionais.

No Chile, Lula deu o tom de que não havia espaço para confronto e sim para o diálogo. Defendeu o entendimento, o mais rapidamente possível, afirmando que o Estado tem a função e a obrigação de negociar.

— É importante preservar a legalidade democrática, mas o Estado é também responsável por conduzir a paz e o diálogo — disse Lula, na reunião, segundo relatos.

Lula foi direto ao questionar Evo Morales sobre suas reivindicações, afirmando que precisava saber o que realmente queria.

Foi quando Morales pediu apoio e uma manifestação do grupo contra um golpe em seu país.

— O presidente Morales insistiu que haja respeito à legalidade e que não haja tentativa de golpe — contou Celso Amorim, ministro de Relações Exteriores.

— A declaração firme (da Unasul) é uma posição para que os outros grupos percebam que o diálogo tem que ter como base o respeito à legalidade.

Segundo representantes do governo brasileiro, a posição de Lula teve como intenção evitar estragos que poderiam ser causados pelo discurso explosivo do venezuelano Hugo Chávez, que chegou ao Chile disparando acusações contra os EUA e voltou a oferecer ajuda militar ao colega boliviano. Todos concordaram com Morales e incluíram no texto as exigências de desocupação dos prédios públicos pelas forças opositoras e a investigação internacional das mortes em Pando.

A presidente da Argentina, Cristina Kirchner, destacou-se na elaboração do texto final. Sua preocupação era que a declaração fosse redigida dentro dos princípios do direito internacional, para evitar críticas.

Já o secretário-geral da OEA, José Miguel Insulza, não deu palpites.

Fez uma única intervenção, quando convocado, e de ordem técnica. Insulza sabia que, na designação da Unasul para ajudar a Bolívia, caiu imediatamente o Grupo de Amigos, formado há alguns meses, mas que jamais atuou, integrado por Brasil, Argentina e Colômbia.

No governo brasileiro, após os problemas enfrentados com a redução inicial do envio de gás natural, por conta de ataques de grupos civis, o clima ontem era de tranquilidade. Cumprindo o que prometeu o presidente da Bolívia, o Exército boliviano está vigiando o gasoduto

## **Índia leva a novo fracasso de Doha** – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 21/09/2008

Fracassou a última tentativa dos negociadores de salvar a Rodada Doha. Ontem, os sete principais atores das negociações chegaram à conclusão de que não há como seguir debatendo. Nenhuma nova reunião está sendo pensada, ainda que o chanceler Celso Amorim tenha programado um encontro com a representante de Comércio dos Estados Unidos, Susan Schwab, para os próximos dias, em Nova York.

Brasil, Índia, EUA, Europa, Austrália, China e Japão exploraram formas de solucionar o impasse na questão envolvendo a importação de alimentos por parte de países emergentes, como Índia, Indonésia ou China. Esses governos queriam ter o direito de estabelecer barreiras todas as vezes que notassem que há um surto de importações que afetaria seus produtores locais. Para os americanos, interessados nesses mercados, a barreira não era aceitável se significar uma redução do mercado.

Em julho, o processo fracassou exatamente por causa desse ponto. “Não conseguimos avançar e não há nenhuma previsão de como podemos fazer isso”, disse o embaixador do Brasil nas negociações, Roberto Azevedo. A idéia dos governos era a de tentar desbloquear o processo para que uma nova reunião ministerial possa ser convocada. Enquanto isso, Amorim debaterá com Schwab qual a real possibilidade de um acordo parcial ainda neste ano. O chanceler ainda deve se reunir com outros ministros de países ricos na próxima semana. Diante do fracasso em Genebra neste fim de semana, porém, o cenário mais provável é de que qualquer definição fique mesmo para 2009, quando um novo governo assume o poder nos Estados Unidos.

Diplomatas que estiveram nas reuniões revelam que o problema teria sido com a intransigência da Índia, que insistia que só com um mecanismo para impor barreiras a produtos agrícolas é que poderia aceitar um acordo. De outro lado, americanos também não estavam dispostos a ceder o quanto Nova Délhi pedia. O fracasso representa ainda um final negativo para a economia mundial, já que ministros da Europa e mesmo o secretário-geral da ONU, Ban Ki-Moon, alertaram nos últimos dias que um acordo de abertura dos mercados seria fundamental para reverter a tendência de recessão nos mercados globais.

Para o Brasil, o fracasso ainda confirma a agressividade necessária para outros processos bilaterais nos próximos meses se o País quiser, de fato, ter acesso a novos mercados.

## **Um novo Bretton Woods** – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 24/09/2008

O mundo precisa de novos mecanismos de controle financeiro e prevenção de crises, disse o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao discursar ontem, na abertura da 63ª Assembléia Geral das Nações Unidas. Somente soluções globais podem dar conta de uma crise global, acrescentou, e convém tomá-las “em espaços multilaterais legítimos e confiáveis, sem imposições”. Da ONU, segundo ele, deveria partir a convocação para “uma resposta vigorosa às ameaças” presentes. Os “organismos econômicos supranacionais

carecem de autoridade e de instrumentos práticos para coibir a anarquia especulativa” e é preciso “reconstruí-los em bases inteiramente novas”, argumentou o presidente.

Descontada a retórica, há bons argumentos a favor da proposta. No sistema financeiro globalizado, as transações têm repercussão instantânea em todo o mundo e superam de longe o valor da produção de grandes economias. O cardápio de operações é cada vez mais amplo e sofisticado, com modalidades complexas e quase ininteligíveis para o público não especializado. Os sistemas de regulação e supervisão, no entanto, são nacionais, variam de um país para outro e, no conjunto, são altamente ineficientes, como ficou provado em várias crises desde os anos 90.

O desastre iniciado com o estouro da bolha imobiliária, há pouco mais de um ano, foi mais grave que os anteriores, mas as condições necessárias à sua ocorrência já estavam presentes, havia muito tempo, no mercado quase sem lei. Houve sinais de alerta, como noutras crises, mas nenhum dos envolvidos na farra do crédito fácil era obrigado a levá-los em conta.

O presidente Lula está provavelmente enganado quanto a um ponto. No discurso, ele defendeu uma reforma ambiciosa para a solução da atual crise. Ora, a crise quase certamente estará superada antes de qualquer acordo sobre um novo mecanismo de supervisão financeira e prevenção de acidentes. Mas o sistema financeiro continuará vulnerável a novos abalos, talvez até mais fortes, mesmo com algum aperfeiçoamento da regulação atual. Este é o ponto importante. A cooperação internacional já tem servido para atenuar os problemas imediatos, mas não basta, ainda, para constituir uma rede global de segurança financeira.

Está em estudo no Banco Mundial (Bird), segundo informou, ontem, o correspondente do Estado em Genebra, Jamil Chade, a proposta de um esquema tão ambicioso quanto o de Bretton Woods. Nesta cidadezinha de New Hampshire, nos Estados Unidos, negociadores de 44 países discutiram, em 1944, mecanismos para reordenação financeira e para reconstrução econômica no pós-guerra.

Desses debates nasceram o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, concebidos para disciplinar o sistema internacional de pagamentos, facilitar a superação de crises cambiais e financiar a retomada do crescimento econômico. Os dois organismos foram projetados para relacionar-se com governos e apoiar a execução de programas oficiais. O desafio, agora, é regular em escala mundial o sistema financeiro. Será preciso disciplinar, como se viu nesta crise, não só os bancos comerciais (tomadores de depósitos à vista), mas também outros canais de captação de poupança e de concessão de crédito. Ao contrário do que pensa o presidente Lula, a ONU não é o melhor foro para se cuidar do problema. As entidades financeiras multilaterais, especialmente o FMI, o Bird e o Banco de Compensações Internacionais (BIS), dispõem de experiência, conhecimentos especializados e fontes de informação dificilmente acessíveis a qualquer outra entidade. São, além disso, foros multilaterais altamente organizados. Pode-se discutir se os seus padrões de representação política são os mais equitativos, mas esse tema já está em debate há vários anos no FMI e um trabalho de reforma já foi iniciado.

É irrealista propor uma negociação a partir do zero, convocada pela ONU, para a criação de um esquema global de segurança financeira. Igualmente irrealista é menosprezar a competência técnica e operacional das instituições multilaterais. Enfim, é ingenuidade imaginar uma reforma produzida a partir de uma assembléia mundial de iguais, sem o peso diferenciado das potências grandes e médias. O desafio é combinar o peso dessas potências com a competência do FMI e de outras instituições consolidadas.

#### **Lula na ONU – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial – 24/09/2008**

A LIBERALIZAÇÃO do comércio agrícola, a defesa do álcool feito de cana contra críticas generalizadas aos biocombustíveis, a emergência do Brasil e outros países em desenvolvimento, a reforma do Conselho de Segurança. O discurso do presidente Lula, na abertura da Assembléia Geral das Nações Unidas, foi um sobrevôo pelos tópicos que têm dominado a agenda da política externa brasileira. De todos esses temas estratégicos, o que tem menos probabilidade de render frutos ao país é a reforma na governança da ONU. Poucos discordarão de Lula quando afirma que a "estrutura vigente, congelada há seis décadas, responde cada vez menos aos desafios do mundo contemporâneo". A irrelevância do Conselho de Segurança, que deveria promover a estabilidade política em escala planetária, ficou explícita, mais uma vez, na crise entre a Rússia, membro permanente do colegiado, e a Geórgia.

Não há dúvida de que, no contexto do que vem sendo chamado de "mundo pós-americano", potências regionais emergentes, como Brasil e Índia, deveriam ter mais peso nos organismos multilaterais. Mas é improvável, e já se vão 15 anos de debate sobre a reconfiguração do Conselho de Segurança, que a reforma das Nações Unidas ocorra num futuro próximo. Nada indica, tampouco, que as atitudes da diplomacia brasileira exerçam influência relevante nesse assunto.

Não vale a pena, portanto, orientar a agenda diplomática do país pela bússola da reforma da ONU. A política externa brasileira, na prática, já chegou a essa conclusão -basta constatar o peso francamente dominante dos temas econômicos nos discursos de Lula fora do país. O choque mais recente de realidade ocorreu em Genebra, no final de julho, quando o Brasil colocou seus interesses econômicos à frente e dissentiu de Argentina e Índia na tentativa, fracassada, de viabilizar a abertura do comércio agrícola.

A negociação em torno da Rodada Doha e, em outra ponta, a que trata de mitigar o aquecimento global -nas quais negociadores brasileiros exercem influência- mostram um caminho muito mais frutífero. Com seu potencial agrícola, energético e ambiental, o Brasil possui ativos incontrastáveis em áreas cada vez mais importantes na agenda internacional. Agreguem-se a esses elementos o tamanho do mercado consumidor brasileiro, a sua indústria relativamente desenvolvida, a extensão continental do território e a ausência de conflitos civis, e estarão delineados os contornos da política externa. Os negócios devem estar em primeiro plano -e negócios requerem da diplomacia doses maiores de pragmatismo.

## **Índia acusa o Brasil de 'vender posição' em Doha** - Jamil Chade – Estado de São Paulo-Economia e Negócios – 26/09/2008

Uma carta do governo da Índia ao diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Pascal Lamy, insinua que o Brasil estaria vendendo sua posição nas negociações da Rodada Doha em troca de acesso aos mercados americanos e europeus para o etanol, carro-chefe da política comercial do País. A carta, enviada nesta semana e assinada pelo ministro do Comércio indiano, Kamal Nath, caiu como uma bomba no Itamaraty e promete azedar a relação entre Nova Délhi e Brasília.

A relação entre os países já vinha se deteriorando. Em julho, o chanceler Celso Amorim aceitou o pacote de liberalização da OMC. Americanos e europeus também deram sinal verde ao acordo. Mas a rodada fracassou diante da rejeição da Índia.

Kamal Nath voltou a Nova Délhi como herói, por ter supostamente defendido os pequenos agricultores indianos. Nos bastidores, acusou o Brasil de ter traído alianças entre países emergentes e de ter tomado posição próxima à dos Estados Unidos e da Europa. Na época, Amorim negou qualquer traição e afirmou que estava defendendo interesses nacionais.

Na semana passada, a nova tentativa de salvar a rodada fracassou. Mais uma vez o obstáculo foi a Índia, que alega precisar de um mecanismo para impor barreiras a produtos agrícolas, caso haja um surto de importação.

Na quarta-feira, Lamy foi surpreendido em seu escritório por uma carta assinada por Nath. O texto reafirmava que a Índia estava comprometida em fechar um acordo até o fim do ano, sob certas condições, incluindo o mecanismo de salvaguarda. “Sem isso, não podemos aceitar uma solução”, escreveu, segundo publicou o Washington Trade Daily.

O que surpreendeu o Brasil foi a insinuação de Nath de que o Itamaraty estaria negociando uma saída para o etanol com EUA e Europa, deixando de fora interesses dos demais emergentes. Nath afirma que as reuniões sobre a expansão de cotas para produtos agrícolas exportados por emergentes a países ricos não chegaram a um acordo e que a abertura proposta era insuficiente. E acusou o Itamaraty de estar pronto a aceitar o que os países ricos oferecem se, em troca, uma cota for dada ao etanol. “O tema continua sem conclusão, com o Brasil dando sinais de que poderia analisar a proposta se lhe fossem dadas cotas substanciais para o etanol nos EUA e Europa”, afirmou Nath.

Em julho, o embaixador Roberto Azevedo se reuniu com as delegações americana e européia para falar sobre o etanol. Peter Mandelson, comissário de Comércio da União Européia, ofereceu ao Brasil cota de 1,4 milhão de toneladas em dez anos, que o governo considerou insuficiente. Em uma nova proposta, a cota estaria indexada pelo consumo futuro europeu, o que permitiria um aumento nas exportações nos próximos anos. Mas o fracasso das negociações impediu um acordo. Mandelson deixou claro que o caso do etanol estaria ligado ao sucesso da rodada.

**Amorim diz que governo não tem nada a flexibilizar** - Tânia Monteiro e Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 26/09/2008

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, rechaçou a avaliação de que o Brasil estaria “vendendo” sua posição nas negociações agrícolas da Rodada Doha em troca de acesso aos mercados americano e europeu para o etanol. Ele disse que a questão do etanol ainda não foi discutida no âmbito da Rodada Doha e acrescentou que o governo brasileiro não tem mais nada a flexibilizar.

“Não há o que o Brasil possa flexibilizar, isso é uma visão incorreta. O que o Brasil pode fazer neste momento é ajudar a encontrar uma solução”, disse o ministro, em Nova York. “O problema que ocorreu (nas negociações da Rodada) foi entre certos países. De um lado, entre eles a Índia, que talvez seja o mais militante deles, e também a China, e os Estados Unidos do outro.” A discórdia que travou as negociações, explicou o chanceler, refere-se à demanda da Índia e de outros países em desenvolvimento por uma maior amplitude das salvaguardas especiais para seus produtos cultivados por pequenos agricultores. Esse foi um ponto sobre o qual o G-20, que reúne as economias em desenvolvimento exportadoras e importadoras de alimentos, nunca chegou a um entendimento.

Em julho passado, durante a reunião dos ministros de Comércio dos países mais influentes da Organização Mundial do Comércio (OMC), a Índia e a China insistiram nessa exigência. Os Estados Unidos mostraram-se irredutíveis. O resultado foi o fracasso da tentativa de se chegar a um acordo básico.

Apesar da nova rusga com a Índia, país com o qual o Brasil divide a liderança do G-20, Amorim mostrou-se otimista ontem em relação à conclusão da Rodada. “Não é o Brasil que tem de flexibilizar (para que a Rodada possa ser concluída)”, observou Amorim. “O que o Brasil tinha de flexibilizar já flexibilizou. Havia uma demanda em relação a produtos industriais, e o Brasil negociou, dentro do que era possível e aceitável para a indústria brasileira.”

**COTAS** - Antes de almoçar ontem com representantes do Bric - foro que reúne o Brasil, a Rússia, a Índia e a China -, Amorim assegurou que não iria tratar desse assunto com o interlocutor indiano. Fontes do Itamaraty informaram que, até ontem, a missão do Brasil em Genebra não havia obtido uma cópia da carta enviada por Kamal Nath à OMC, mas conhecia alguns de seus trechos. Entre eles, o que fazia a menção indireta ao etanol.

Esse parágrafo referia-se a um ponto que ainda não foi objeto da negociação da Rodada e que poderá tornar-se um tema tão polêmico quanto as salvaguardas especiais para os produtos agrícolas dos países em desenvolvimento. Trata-se da demanda dos países desenvolvidos - sobretudo, da União Européia, da Suíça, da Noruega e do Japão - de inclusão de novos itens na lista de produtos agrícolas sensíveis. Esses itens seriam protegidos por tarifas elevadas, mas haveria uma brecha de acesso a mercado dada por uma cota. Entre esses novos produtos está o etanol, que a União Européia pretende manter sob proteção.

Um negociador brasileiro estranhou que Nath pudesse acusar o Brasil de flexibilizar sua posição geral na Rodada em troca da não inclusão do etanol nessa lista ou de uma cota mais ampla para o combustível. Ele assegurou que o G20 mantém-se coeso na sua posição contrária a essa demanda. Não há, portanto, divergência entre a Índia e o Brasil sobre esse ponto. Entretanto, o Itamaraty está ciente que, uma vez ultrapassado o atual impasse sobre as salvaguardas, as novas cotas poderão travar a negociação e impedir a conclusão da Rodada - hipótese que o governo brasileiro espera ver afastada.

**FRASES - Celso Amorim - Ministro das Relações Exteriores do Brasil** - “O que o Brasil tinha de flexibilizar já flexibilizou. Havia demanda em relação a produtos industriais, e o Brasil negociou, dentro do que era possível e aceitável”...“Não há o que o Brasil possa flexibilizar, isso é uma visão incorreta. O que o Brasil pode fazer neste momento é ajudar a encontrar uma solução”

**Decifrar** – Nelsom Brasil de Oliveira – O Globo – Opinião – 29/09/2008

O fracasso da Rodada Doha das negociações da OMC, apontado por muitos como uma derrota brasileira, em realidade mostrou que está havendo uma correta e oportuna condução da política externa, consistente com os interesses nacionais e focada em objetivos realistas relativos à questão do acesso a mercados. O dito fracasso não resultou em prejuízos maiores para o Brasil, porque nas áreas em que temos grandes vantagens comparativas — como o agronegócio — nossas exportações certamente serão cada vez mais canalizadas para os países emergentes — em especial os asiáticos.

Foi pertinente, também, o comentário do ministro Celso Amorim sobre o uso, pelos países do Primeiro Mundo, da mesma tática de propaganda do chanceler da Alemanha nazista, Joseph Goebbels: “A repetição continuada de inverdades transformadas em verdades aceitas por todos.” O comentário pode ter chocado pela crueza na sua apresentação, mas é fiel aos fatos históricos.

Disseminar informação enganosa, “plantando” informações falsas nos canais de comunicação sob seu controle, sempre foi, e ainda é, um expediente largamente utilizado pelos países hegemônicos com o objetivo de desestabilizar governos ou estratégias que incomodem. Doha, essencialmente, pretendia fazer cumprir na área agrícola aquilo que já era mandatário pelo GATT desde 1995: a eliminação dos subsídios à agricultura nos países desenvolvidos. Mas, como isto não interessa ao Primeiro Mundo, uma vez que sua produção é pouco competitiva, não houve progressos nessa área.

Também contribuíram para o fracasso os processos eleitorais dos Estados Unidos e Índia, bem como a tomada de posição de governos como os da França e da Argentina visando a atenuar a rejeição da opinião pública. Esse conjunto de fatores comprometeu o equilíbrio da negociação perseguida de forma tenaz e cristalina pelo Brasil. É fundamental que a sociedade aprenda a ler, por trás das “verdades” do Primeiro Mundo, as motivações ocultas que estiveram sempre ligadas aos interesses e conveniências dos países mais poderosos.

**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei e Ademir A. Cazella

**Assistentes de Pesquisa**  
Karina Kato e Silvia Zimmermann

**Secretária**  
Diva de Faria

**op  
pa** **Observatório de Políticas  
Públicas para a Agricultura**

**CPDA** Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais  
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214  
Fax: 21 2224 8577 – r. 217  
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br  
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

**Apoio**



**actionaid**



**nead**

Ministério do  
Desenvolvimento Agrário

